

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021

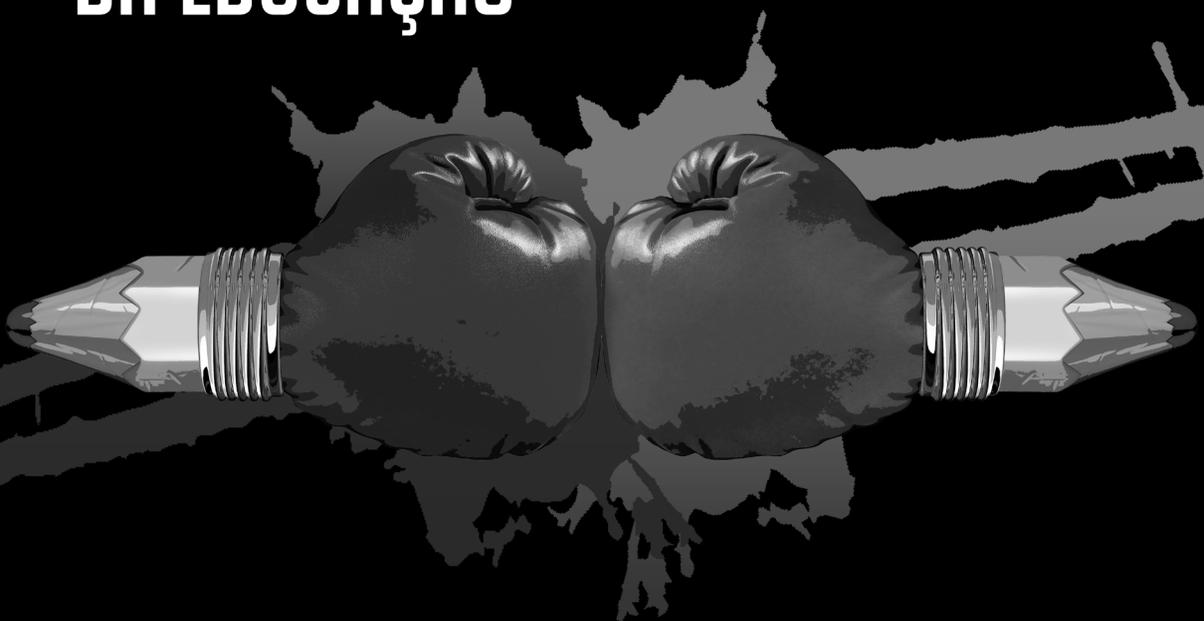


Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

**NO FOMENTO DA
QUESTÃO POLÍTICA
DA ATUALIDADE**

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

**NO FOMENTO DA
QUESTÃO POLÍTICA
DA ATUALIDADE**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198 O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-932-5

DOI 10.22533/at.ed.325212503

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Temos vivenciado, ao longo dos últimos anos, inúmeros ataques a Educação brasileira; investidas que têm ocasionado retrocessos. O contexto pandêmico alimentou essa crise que já existia, escancarando o quanto a Educação no Brasil acaba sendo uma reprodutora de desigualdades. As interferências externas e investidas do mercado tentam, a todo custo, subordinar a Educação e atividade docente a uma lógica neoliberal de produção (TARDIF; LESSARD, 2005). Nesse sentido, precisamos nos mobilizar e a **indignação e esperança** configuram-se como duas categorias importantes nesse processo.

Diante desse cenário, como dissemos, de muitos retrocessos, negacionismo e investidas neoliberais, não podemos nos furtar do debate político e social, tão importante nesse momento que vivemos destrato a Educação, sucateamento do trabalho docente e exclusão de estudantes, por exemplo. Como nos alertou Freire (2004, p. 28), para além de ensinar com rigorosidade metódica a sua disciplina, “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Precisamos considerar esses elementos sociais e políticos necessários no movimento de formar cidadãos indignados e esperançosos que desconstruam os discursos fatalistas.

É nessa direção que o volume de “**O Campo Teórico-metodológico-epistemológico da Educação no Fomento da Questão Política da Atualidade**”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e do (re)pensar o campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente. Este livro reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados e regiões e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, democracia, humanização, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, avaliação entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse volume são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos uma produtiva, indignante e esperançosa leitura!

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DECOLONIZACIÓN DEL PENSAMIENTO. ALTERNATIVAS PARA LA CONSTITUCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD	
Jorge Hernán Betancourt-Cadavid	
Luis Fernando Garcés Giraldo	
Juan Esteban Alzate Ortiz	
DOI 10.22533/at.ed.3252125031	
CAPÍTULO 2	14
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E DIREITO À EDUCAÇÃO EM TESES DE DOUTORADO	
Laélia Portela Moreira	
Elizabeth da Silva Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.3252125032	
CAPÍTULO 3	21
EDUCAÇÃO ESCOLAR E DEMOCRACIA: ENTRAVES E PERSPECTIVAS	
Rodolfo Augusto Rodrigues	
Rosineide de Andrade Rocha	
Jane Aparecida Meneguelli Nery	
Fernanda Campos do Prado	
DOI 10.22533/at.ed.3252125033	
CAPÍTULO 4	35
A UTILIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS EM SALA DE AULA PARA A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E O PROTAGONISMO DO EDUCANDO	
Joseane de Brito Bezerra Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.3252125034	
CAPÍTULO 5	44
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA ESCOLA E FORMAÇÃO DOCENTE – A INFLUENCIA DO PENTECOSTALISMO NO PRECONCEITO RACIAL E RELIGIOSO ESCOLAR	
Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3252125035	
CAPÍTULO 6	57
ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR	
Adelson Pereira de Sousa	
Maria Selma Cavalcante de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.3252125036	
CAPÍTULO 7	76
DOS LIVROS AS LEIS: O RACISMO E SUAS MÚLTIPLAS FACES NA EDUCAÇÃO	
Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma	

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Rosana Andrade de Jesus
DOI 10.22533/at.ed.3252125037

CAPÍTULO 8..... 87

A VISÃO DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias
Poliana Campos Côrtes Luna
Liliane Barreto Alves
Moniki Aguiar Mozzer Denucci
Daniele Fernandes Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.3252125038

CAPÍTULO 9..... 99

AS VIVÊNCIAS DE UMA CRIANÇA COM DISLEXIA NOS ANOS 70

Clariane do Nascimento de Freitas
Ana Carolina Michelin Silveira
Fabiane Adela Tonetto Costas

DOI 10.22533/at.ed.3252125039

CAPÍTULO 10..... 105

A SELEÇÃO, A AVALIAÇÃO E A RETOMADA DOS CONTEÚDOS NA ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES DA PRÁXIS DOCENTE PARA O TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO – PREPARATÓRIO PARA O ENEM

Lidiane Cossetin Alves
Saliza Menegat

DOI 10.22533/at.ed.32521250310

CAPÍTULO 11..... 118

A MUSICALIZAÇÃO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Bruna Bittencourt Carvalho
Maralice Maschio

DOI 10.22533/at.ed.32521250311

CAPÍTULO 12..... 131

AFETIVIDADE COMO MEDIADORA DA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E AS RESSONÂNCIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA WALLONIANA

Ricardo Francelino
Alonso Bezerra de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.32521250312

CAPÍTULO 13..... 144

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Francinne Gonzalez Andrioni

Marina Lemos Villardi

DOI 10.22533/at.ed.32521250313

CAPÍTULO 14..... 151

ENSINO DE QUÍMICA PARA SURDOS: ELABORAÇÃO DE UM SINALÁRIO COM TERMOS EM LIBRAS

Alice Menezes Pessoa

Karolyn Rabech Silva Simão

Lorena Melo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.32521250314

CAPÍTULO 15..... 160

TRABALHOS ACADÊMICOS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO DE UMA CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA

Mariana Cordeiro Gadanha

Sandra Helena de Souza

Irvina Leite de Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.32521250315

CAPÍTULO 16..... 166

A PERCEPÇÃO DOS NATIVOS DIGITAIS SOBRE AS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA

Licie Stintia Fresta Lopes

Dayse Cristine Dantas Brito Neri de Souza

DOI 10.22533/at.ed.32521250316

CAPÍTULO 17..... 173

OS PONTEIROS DA INFÂNCIA NO RELÓGIO DE UMA ESCOLA DE CRIANÇAS EM URUÇUI

Vanessa Oliveira Silva

Denise Hosana de Sousa Moreira

Pedro Martinho Sobrinho Mendonça

Dariane de Sousa Moraes

DOI 10.22533/at.ed.32521250317

CAPÍTULO 18..... 183

O CURRÍCULO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA O TRABALHO DOCENTE

Letícia Ramalho Brittes

Cléber Lixinski de Lima

DOI 10.22533/at.ed.32521250318

CAPÍTULO 19..... 195

CIÊNCIAS DA NATUREZA NO ENSINO MÉDIO: A BNCC E A REFORMULAÇÃO CURRICULAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE ALAGOAS

Carlos Henrique Araújo de Oliveira

Sara Souza Pereira

Siquele Roseane de Carvalho Campêlo

DOI 10.22533/at.ed.32521250319

CAPÍTULO 20	206
EDUCAÇÃO MUSICAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE/RS: UMA PESQUISA DOCUMENTAL Cristina Rolim Wolffenbüttel DOI 10.22533/at.ed.32521250320	
CAPÍTULO 21	214
A INFLUÊNCIA DOS CONTOS DE FADAS NA CONSTRUÇÃO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA Géssica de Sousa Macedo DOI 10.22533/at.ed.32521250321	
CAPÍTULO 22	225
OFICINAS DE BIBLIODRAMA EM FAVOR DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO INTEGRAL HUMANA Linda Siokmey Tjhio Cesar Pestana DOI 10.22533/at.ed.32521250322	
CAPÍTULO 23	235
ESCOLAS MILITARIZADAS: GESTÃO E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA Magalis Bésseer Dorneles Schneider DOI 10.22533/at.ed.32521250323	
CAPÍTULO 24	244
O POLO UAB CUIABÁ E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EAD NO ESTADO DE MATO GROSSO Elizabeth Regina Rossetto Carlos Alberto Caetano Márlon Zambotto de Lima DOI 10.22533/at.ed.32521250324	
CAPÍTULO 25	255
REVISÃO E REELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP, DA ESCOLA MUNICIPAL EMÍDIO CORREIA DE OLIVEIRA SÃO JOÃO - PERNAMBUCO Roberto da Silva DOI 10.22533/at.ed.32521250325	
SOBRE O ORGANIZADOR	266
ÍNDICE REMISSIVO	267

CAPÍTULO 18

O CURRÍCULO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA O TRABALHO DOCENTE

Data de aceite: 22/03/2021

Data de submissão: 05/01/2021

Letícia Ramalho Brittes

Instituto Federal Farroupilha
Santa Maria, Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/5104573307305494>

Cléber Lixinski de Lima

Instituto Federal Farroupilha
Santa Maria, Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/3400358836034063>

RESUMO: Este estudo aborda algumas perspectivas e potencialidades no processo de integração curricular nos cursos de modalidade técnica integrada ao ensino médio no âmbito do IFFAR (Instituto Federal Farroupilha). Propõe-se analisar algumas concepções de currículo que orientam o trabalho docente. A pesquisa justifica-se pelos desafios e dificuldades diárias que docentes, gestores e estudantes enfrentam na construção de um currículo integrado conforme os pressupostos democráticos que orientam a proposta de integração nas normativas em vigência. Espera-se como resultado a geração de oportunidades para o desenvolvimento de currículos efetivamente integrados, engajados com a redução das desigualdades sociais, oferecendo meios de acesso, permanência e sucesso escolares para os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação básica e profissional. Análise discursiva. Integração curricular. Trabalho docente.

CURRICULUM INTEGRATION IN BRAZILIAN VOCATIONAL EDUCATION: POSSIBILITIES AND CHALLENGES TO THE TEACHERS' WORK

ABSTRACT: This study aims to investigate some perspectives and potentialities in the process of curricular integration in vocational courses integrated to high school within the scope of IFFAR (Instituto Federal Farroupilha). It is proposed to analyze some concepts of curriculum that guide the teaching work. The research is justified by the daily challenges and difficulties that teachers, managers and students face in the construction of an integrated curriculum according to the democratic assumptions that guide the proposal of integration in the current regulations. As a result, it is expected to generate opportunities for the development of effectively integrated curricula engaged with the reduction of social inequalities, offering students access to school, permanence and success.

KEYWORDS: Vocational education. Discursive analysis. Curricular integration. Teaching work.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se no campo dos estudos sobre currículo e está atrelada à linha de pesquisa Políticas públicas, currículo e processos de gestão educacional do Mestrado Profissional em Educação do IF FARROUPILHA, além disso, relaciona-se ao projeto guardachuva intitulado Mapeamento e análise de políticas educacionais para a educação básica e

profissional que também é vinculado à linha de pesquisa anteriormente mencionada. Para o desenvolvimento desta investigação tem-se a participação de professores da instituição e professores colaboradores de instituições externas, além de contar com a participação de dois estudantes de cursos de licenciatura e dois da pós-graduação lato sensu em gestão escolar do campus Júlio de Castilhos.

O estudo busca desenvolver uma análise discursiva sobre a produção curricular dos cursos destinados à educação básica e profissional no âmbito do Instituto Federal Farroupilha. Interroga-se sobre os movimentos de integração e desintegração curriculares nos cursos de modalidade de ensino integrada. Entende-se por desintegração curricular os momentos em que a produção de currículo opera conforme à lógica disciplinar em que há separação entre a educação básica (propedêutica) e a educação técnica e profissional e, como integração curricular, os momentos em que o currículo organiza-se conforme a teorização sobre currículo integrado desenvolvida pelos autores Frigotto, Ciavatta e Kuenzer. (BRITTES, 2015). O recorte temporal da pesquisa corresponde ao início da década de 1990 até a contemporaneidade. Entende-se que a partir de 1990 a educação brasileira passa a vivenciar um momento demarcado pela abertura política do país aos ditames dos organismos internacionais que se sustentam em políticas que promovem a desintegração de currículos. De outro lado, tem-se em 2006, a produção de uma política curricular centrada na integração curricular, momento em que educadores baseados em teorias como filosofia da práxis e trabalho como princípio educativo alcançam status hegemônico na construção de políticas focadas na integração e no trabalho coletivo.

Busca-se analisar como tais movimentos, por meio de práticas articulatórias, produzem sentidos na organização do trabalho docente, especificamente no que tange ao processo ensino-aprendizagem. O desenvolvimento desta pesquisa justifica-se pelos desafios e dificuldades diárias que docentes, gestores e estudantes enfrentam na construção de uma educação efetivamente integral, conforme os pressupostos democráticos que orientam a proposta de integração nas normativas em vigência. Considera-se primeiramente a necessidade de se consolidar uma concepção de integração curricular que possa subsidiar práticas integradoras. Para isso, torna-se necessário consolidar estudos e pesquisas neste campo de pesquisa.

Não raro deparamo-nos com discursos e práticas que sinalizam dificuldades atreladas ao trabalho com a integração curricular. Então se considera que o entendimento sobre integração precise ser debatido entre os docentes e, somente depois disso, é que se poderá adentrar em outras questões que envolvam problemas como o isolamento entre docentes e disciplinas, a dificuldade de aceitação entre as diferentes áreas do conhecimento e a falta de tempo-espço para o planejamento coletivo. Para tanto, é necessário mover a significação de integração como interdisciplinaridade, ampliando tal concepção a outras dimensões que são requeridas na proposta de integração curricular.

Ao longo deste estudo buscar-se-á investigar as relações, de um lado entre os

vocábulos, sobre aquilo que termos e conceitos designam e, de outro, o funcionamento discursivo em termos de prática social de tais discursos. Em vários tempos e espaços do trabalho pedagógico deparamo-nos com diversas situações que reiteraram um certo grau de dissonância entre o dito, escrito (texto) e as práticas (discursivas e sociais).

O termo interdisciplinaridade serve como mais um desses exemplos que apresentam diversas significações em disputa, no entanto, pode ser considerado aqui, como um dos conceitos que ao abarcar uma gama variada de significados provenientes de diversas particularidades, acaba assumindo o sentido de uma universalidade, o que, em termos lacanianos, pode-se considerar que a interdisciplinaridade assume, no contexto educacional, o status de um significante vazio. Para o autor, considera-se que um significante vazio é um significante sem significado, primeiramente tendo em vista o locus privilegiado que este ocupa no interior de um discurso. O significante vazio, em si, não possui qualquer sentido específico. É uma posição ocupada por algum elemento particular que, por ocupá-la, passa a exercer um papel de representação de toda a cadeia discursiva ou articulatória (LACLAU, 2011, p. 77).

Ao encontro dessa discussão, Pombo (1993) em um de seus estudos busca estabilizar um sentido para a interdisciplinaridade haja vista as inúmeras equivocidades e confusões semânticas em torno do termo. A autora alerta sobre tal questão argumentando que “a interdisciplinaridade não é uma nova proposta pedagógica que se pretenda acrescentar ao número, porventura excessivo, das já existentes”. A autora destaca que há razões para isto. Primeiramente ela considera que “em geral, as novas propostas pedagógicas fazem hoje a sua aparição na escola de forma exógena e burocrática”. Muitas vezes, como algo externo que é imposto aos professores através de normativas e diretrizes curriculares.

Ou seja, os professores concebem o trabalho interdisciplinar institucionalizado como uma das obrigações a serem cumpridas, como algo que lhes é imposto de forma não clara e, muitas vezes, não coerente. E aí existe um movimento de articulação muito interessante: quando se relata sobre integração curricular percebe-se um falta de consenso ou relação de coerência entre as definições, todavia, ao se tratar da interdisciplinaridade, todos a concebem como algo necessário, mesmo que através de práticas isoladas ou pouco evidentes na instituição. Isto se explica pelo fato de a interdisciplinaridade ser uma aspiração emergente entre os professores, embora perante desafios e dificuldades percebe-se no cotidiano da instituição que muitos docentes atribuem significações ao termo no intuito de caracterizar a integração curricular. E assim, por iniciativa própria, cada um busca a realização do trabalho interdisciplinar ou integrado (visto que para os docentes ambas as perspectivas apresentam o mesmo significado), embora considerem este tipo de abordagem difícil e trabalhosa. Diante de tal problemática, apresenta-se a proposta desta pesquisa a fim de oportunizar a criação de espaços e tempos para o trabalho coletivo com vistas a construção de um currículo efetivamente integrado.

Sabe-se que o IFFarroupilha tem 50% de sua oferta de ensino voltada aos cursos

de modalidade integrada (ensino técnico e básico), no entanto, percebe-se também a necessidade de consolidação de práticas integradoras. No intuito de promover a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem na modalidade é que se desenvolveu este projeto.

Com isso, alguns resultados são almejados no decorrer deste estudo: Ampliar o entendimento de integração curricular entre docentes, gestão e estudantes; Oportunizar espaços e tempos para o trabalho coletivo; Promover debates e formações na temática integração curricular entre docentes; Melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem em uma perspectiva integrada.

Finalmente, destaca-se que esta pesquisa integra uma rede de pesquisas e estudos sobre o tema vinculados ao grupo de pesquisa Gestão, currículo e políticas educativas coordenado pelo prof. Dr. Álvaro Moreira Hypolito da Universidade Federal de Pelotas e pelo grupo de pesquisas Friday Group coordenado pelo Prof. Dr. Michael Apple da University of Wisconsin, Madison, Estados Unidos. Ambos os grupos funcionarão como suporte teórico e metodológico para este projeto, bem como canais de socialização dos resultados.

2 | METODOLOGIA

A fim de estabelecer os procedimentos analíticos do estudo, destaca-se inicialmente a escolha pelo desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa. A natureza qualitativa, lida, segundo Resende, “[...] com descrições e interpretações da realidade social a partir de dados interpretativos” (2009, p. 57). A dinâmica da pesquisa qualitativa não prevê um planejamento de pesquisa pré-moldada, oferecendo múltiplas opções de métodos para geração e coleta de dados, bem como para a construção do corpus, manejo e análise dos dados.

É relevante salientar que há uma diferença epistemológica entre coleta de dados e geração de dados. Resende (2009) sustenta que em uma pesquisa de campo de natureza etnográfica a maior parte dos dados não é simplesmente coletada, como se já estivesse disponível independente do trabalho do pesquisador. Por isso, os dados são gerados para fins específicos da pesquisa. A esse respeito a autora acrescenta: “[...] o que fazemos é criar situações, gerar espaços de interlocução e, muitas vezes, criar métodos para isso” (Idem, p. 58).

Assim, no caso da pesquisa empírica gera-se os dados e, na pesquisa bibliográfica coleta-se textos e interações já disponíveis, que existem independente da intervenção do pesquisador: leis, decretos, planos de ensino, propostas pedagógicas dos cursos, etc. E, nesse campo, a análise discursiva torna-se muito útil para os estudos educacionais.

Fairclough destaca que Bourdieu já alertava sobre a necessidade de analistas do discurso à pesquisa educacional ao afirmar que “[...] não basta caracterizar a ‘nova vulgata planetária’ como uma lista de palavras, como vocabulário”. É preciso analisar textos e interações para mostrar como são produzidos alguns dos efeitos produzidos pela ampla

implementação de políticas neoliberais, por exemplo, (2001, p. 8). Assim, considera-se o aspecto da materialidade linguística que sustenta a ideia de que qualquer análise da prática discursiva deve ser desenvolvida também a partir de fatores físicos, materiais: hábitos, costumes, formas de se pensar e agir frente a determinadas situações, pois os discursos, para Fairclough, “[...] são dialeticamente inculcados não apenas como estilos (modos de usar a linguagem), mas também se materializam nos corpos, posturas, gestos, movimentos etc.” (Idem, p. 12).

Assim, esta pesquisa de abordagem qualitativa que consistiu em um estudo e análise do conjunto de políticas educacionais que propõem e organizam a proposta de integração curricular. Utilizou-se, para tanto, os seguintes métodos de análise: ciclo de políticas desenvolvido por Stephen Ball (1994, 2005, 2006) e teoria do discurso proposta por Ernesto Laclau (1987, 2011).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em conformidade com a noção de recorte, selecionou-se para o estudo a análise da Lei 8.948/1994 (que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica); Decreto 2.208/1997 (que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional); Decreto 5.154/2004 (que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências); Decreto 5.840/2006 (que institui no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências); Decreto 6.302/2007 (que institui o programa Brasil Profissionalizado); Lei 11.741/2008 (que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica); e, por fim, a Lei 11.892/2008 (que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências).

Assim, o primeiro elemento-momento desta articulação está expresso na Lei 8.948/1994 que determina a instituição do sistema nacional de educação tecnológica, antes mesmo da promulgação da LDB, ainda durante o governo Itamar Franco, a educação profissional já inicia seu processo de reforma a partir da transformação de todas as escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), o que significou em não apenas oferecer educação de nível médio técnico, mas também cursos de nível superior graduação e pós-graduação e tecnólogos, licenciaturas plena e curta nas áreas de formação de professores e especialistas, cursos de extensão, especialização e aperfeiçoamento, e

pesquisas na área técnico-industrial.

A partir disso, reconfigura-se a formação das identidades docentes, requerendo-se para estes espaços novos perfis e novas demandas de formação inicial e continuada para os professores. Começa também aí o apelo à construção do professor da rede técnica como docente, no sentido de possuir formação também em licenciatura, não sendo mais suficiente, para atuar em sala de aula, somente a formação obtida em cursos de bacharelado.

Esse movimento leva a uma articulação em torno da negociação de sentidos da docência nesses espaços que passa a ser questionada frente ao paradigma imposto pelo tecnicismo até então vigente nas instituições de formação de nível técnico, o que irá implicar na construção de novas proposições curriculares para os cursos ofertados.

No entanto, em 1997, promulga-se o Decreto 2.208/1997, este mais atrelado às questões curriculares quando determina, no âmbito dos CEFETS, a separação entre a educação de nível médio propedêutico e a educação de nível médio profissional. Reforçando, conforme Frigotto, o antigo sistema dual da educação brasileira. Parecia estar evidente que uma proposta de educação segmentada, em que o conhecimento técnico atuasse de um lado e o básico de outro, sem relação de sentidos entre si, estava fracassada. Todavia, frente às determinações de políticas externas e pela forte adesão do governo da época, Fernando Henrique Cardoso, ao movimento de reforma neoliberal, considerou-se que a educação profissional deveria ser focada e aligeirada para dar conta do preenchimento dos postos de trabalho. A esse respeito, Frigotto e Ciavatta destacam:

A reforma educacional praticada pelo Governo FHC em seu conjunto e, em particular, em relação à educação tecnológica e à formação profissional, foi coerente com o ideário do liberalismo conservador em termos econômicos e sociais, tanto na concepção quanto na ação prática (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 119).

Em torno do decreto acima citado, o plano pedagógico para a educação profissional reconfigura-se, implicando em grandes mudanças para a produção dos textos e normativas curriculares. Com isso, em 1998 são criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio dito regular e, em 1999, as Diretrizes Curriculares Nacionais de nível técnico, deixando-se claro a imposição do decreto também na organização curricular dos CEFETS. Frigotto e Ciavatta consideram que tais normativas expressaram

[...] a perspectiva economicista, mercantilista e fragmentária mediante a pedagogia das competências e a organização do ensino por módulos, sob o ideário da ideologia da empregabilidade. Ele reinstaura uma nova forma de dualismo na educação ao separar a educação média da educação técnica. Por isso ele é incompatível, teoricamente e em termos de ação política, com um projeto democrático de educação adequado ao baixo nível de escolaridade básica e de formação profissional da população economicamente ativa, no sentido de superar essa realidade. (Idem, p. 120)

Com isso, o trabalho docente, perante a separação entre a educação geral e técnica, também imposta no formato de diretrizes curriculares, tratou de se adequar à proposta, reafirmando-se aí o distanciamento entre as propostas pedagógicas dos docentes da área técnica das propostas dos docentes considerados do núcleo básico, responsáveis pelo trabalho com o conhecimento geral. O que gerou mais de um tipo de concepção de sujeito, de escola e de conhecimento, geralmente dissonantes e antagônicas entre si.

Os antagonismos em torno de tais práticas organizaram-se a partir de diferentes formações discursivas. De um lado, o professor da área técnica, geralmente com formação em nível de bacharelado, defendendo o ensino técnico como único necessário para a formação do estudante. Tendo seu discurso autorizado através das normativas e, fundamentalmente, pelo decreto em vigência, que determina que nos CEFETS seja priorizada a educação de nível técnico. De outro lado, o professor da área básica, sendo posto à margem no processo educativo nesses espaços, tendo que se adequar à proposta pedagógica instrumental e sedimentada.

Esses embates geram não somente a desintegração do currículo escolar, configurando-se em um movimento de dismantelamento da organização do trabalho docente engajada com um planejamento de educação com significado socialmente relevante. Além do que exclui a oferta de uma formação voltada para o desenvolvimento da cidadania e da agência dos sujeitos de forma ativa e responsável na sociedade, não há aí preocupação com o bem-comum.

Esse modelo educacional provocou profunda revolta nos trabalhadores da educação engajados nos movimentos sociais, que defendiam que a integralização da educação básica à educação técnica e profissional poderia efetivar uma proposta de educação emancipatória, resgatando os estudantes da clausura da condição alienante da educação sedimentada. Além disso, com a integração poderia ser ofertada uma educação para o jovem e o adulto trabalhador brasileiro que, historicamente, foram excluídos da oferta educacional que fosse destinada às especificidades de sua formação. Diante disso, em 2004, protagonizado pelas ações de um governo de forte representatividade nos movimentos sociais – Governo Lula – homologa-se o Decreto 5.154/2004 que revoga o decreto 2.208/97 e regulamenta o art. 36, e os artigos 39-41 da LDB¹. O documento determina o movimento de integração entre educação profissional e ensino médio propedêutico, estabelecendo que a educação profissional deva se desenvolver de forma integrada às diferentes formas de educação, ao

1 Os referidos artigos da LDB tratam, especificamente, da educação profissional técnica de nível médio. Resumidamente, o artigo 36 declara que o ensino médio, atendida as necessidades de formação geral, poderá preparar o educando ao exercício de profissões técnicas. Além de estipular que esta deverá ser articulada com o ensino médio, sendo subsequente em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. Finalmente, este artigo declara que a educação deve se dar de forma integrada. O artigo 39 dispõe que a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Em continuidade, o artigo 40 aponta que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Já o artigo 41 destaca que o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (LDB, 1996).

trabalho, à ciência e a tecnologia.

Mais do que um acontecimento discursivo no cenário da educação brasileira, este decreto representou uma conquista temporária de hegemonia das teorias educacionais progressistas, engajadas com a busca de promoção da emancipação humana. Assim, tem-se o movimento de integração curricular que ofereceu um novo desenho à educação profissional, especialmente a educação profissional de jovens e adultos que passa a ser contemplada nesse projeto, a partir do Decreto 5.840/2006 que instituiu o PROEJA no âmbito da rede federal de ensino.

A integração curricular prevê em sua proposta muito além da integração de áreas do conhecimento ou dos saberes do campo produtivo em fusão com a cultura e a ciência. Trata-se de uma concepção que irá proporcionar a fabricação de novas identidades tanto de docentes quanto de estudantes. O trabalho docente, por sua vez, terá de gerar efeitos de integração, o que irá repercutir tanto no processo de trabalho docente, quanto do trabalho integrado às outras áreas do conhecimento e do estreito diálogo que este processo irá requerer entre os docentes do núcleo básico com os docentes da área técnica no rumo das propostas pedagógicas.

Diante da reação positiva dos setores dos movimentos sociais frente à proposta de integração e também preocupado com a necessidade de profissionalização das camadas populares, o governo Lula lança o projeto Brasil Profissionalizado, que irá se expressar através do Decreto 6.302/2007, com vistas a “[...] estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais”. E, nesse contexto, um ano depois, criou-se a Lei 11.741/2008 destinada ao público jovem e adulto, buscando “[...] redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de ensino médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Com esta lei entende-se o projeto de educação pautada na integração curricular também ao público jovem e adulto.

Salienta-se ainda as pesquisas desenvolvidas no campo que têm disponibilizado inúmeros subsídios de ordem teórico-práticas para efetivação da integração curricular. Ao encontro de tais pressupostos tem-se ainda a Lei 11.892/2008 que cria os Institutos Federais de Educação, delimitando que a abertura de cursos integrados na modalidade EJA sejam, prioritariamente, ofertadas por essas instituições.

De forma contravertida, em 2013, o documento referência PRONATEC-EJA, aponta para mais um movimento de desintegração curricular, quando propõe que a educação profissional de jovens e adultos, seja condensada em sua estrutura curricular, desmantelando a proposta outrora sustentada pelo PROEJA. Inserido nesta recente articulação discursiva encontram-se os docentes e estudantes dos Institutos Federais de Educação, frente à necessidade de continuidade do projeto de integração, todavia, atrelados, mais uma vez,

às instáveis determinações das políticas que se apresentam contraditórias e fragilizadas diante de tantas mudanças.

Percebe-se que o resultado destes elementos-momentos estão articulando-se no campo da discursividade através de uma série de antagonismos que têm provocado constantes redefinições na organização e processo do trabalho docente, proliferando-se assim, inúmeros jogos de linguagem que irão redefinir a fabricação das identidades docentes, bem como direcionando este trabalho para diferentes itinerários formativos para os estudantes.

Diante disso, a significação das conquistas no cenário educacional passa a se situar num terreno instável, em uma luta constante por hegemonização, ocupando espaços de avanços e retrocessos na educação profissional de jovens e adultos. Até aqui pode-se considerar que por parte da análise de tais políticas, como bem destacam Frigotto et al. (2005),

[...] apesar das declarações favoráveis à integração entre formação básica e formação específica, a política de educação profissional processa-se mediante programas focais e contingentes numa travessia marcada por intensos conflitos e no terreno da contradição (FRIGOTTO et al., 2005).

Essa travessia pode ser atribuída ao campo da discursividade, mediada por inúmeros antagonismos e negociações de sentidos que tendem a fixar sentidos em torno de um centro. Mesmo com o alcance da hegemonia no cenário educacional, os projetos centrados em torno da promoção da emancipação humana não têm garantido estabilidade suficiente sobre a questão e têm demonstrado a hegemonia em seu caráter contingente e provisório.

Não há garantia de que uma teoria, um modelo, uma fundação possa oferecer respostas inquestionáveis aos problemas da educação profissional do país. No entanto, acredita-se que os professores possam atuar como agentes nessa disputa por hegemonia, garantindo, mesmo que de forma provisória, canais de efetivação de uma educação pública, promotora da justiça social. Não se pode negligenciar, no entanto, que essas respostas estão em permanente luta com os pressupostos conservadores de mercado que não descansam e tampouco abandonam seus objetivos de implementar uma formação para o mercado, em todos os espaços - CNE, sistema S, IFs, SENATEC, Todos pela Educação, etc. A luta por hegemonia é constante.

Finalmente aponta-se os caminhos oferecidos pelo conceito de justiça curricular desenvolvido por Santomé (2013), como terreno fértil para a promoção desta educação. Antes de o trabalho docente estar atrelado a políticas que ora trabalham para integrar e ora trabalham para desintegrar o currículo, há que se pensar em oportunizar que os currículos da educação profissional apresentem propostas engajadas com a redução das desigualdades sociais, oferecendo meios de acesso e, principalmente, de permanência e sucesso escolares para os sujeitos inseridos nesse processo. E assim se problematiza: o que se entende por um currículo justo? Buscar-se-á subsídios empíricos para apresentar

algumas possíveis respostas a este e aos demais questionamentos expostos ao longo desse texto.

Em relação aos resultados alcançados na instituição, o estudo realizado tem contribuído para a ressignificação do entendimento de integração curricular entre os docentes, técnicos em educação e gestão institucional, no entanto, este é um trabalho paulatino que, aos poucos, têm conquistado espaços no cotidiano escolar. Ampliando-se nestas oportunidades, o que pretende uma educação integrada, conforme pressupostos democráticos.

No que diz respeito a oportunidades de criação de espaços e tempos para o trabalho coletivo, ainda se observa uma maior dificuldade, haja vista a inserção dos docentes nos mais variados eixos tecnológicos, cuja demanda varia entre cursos de modalidade ensino médio integrado, licenciaturas, tecnólogos, bacharelados e pós-graduação lato sensu. Esta flexibilidade exigida aos docentes dos Institutos Federais acaba intensificando o trabalho pedagógico e isolando os profissionais em atividades individuais que pouco se relacionam com a ideia de integração.

Já em relação às iniciativas de promoção de debates e formações na temática integração curricular entre docentes, observou-se um efetivo esforço, a partir do final do semestre letivo de 2016, por parte da gestão de ensino através de investimento em formações continuadas sobre a temática para os professores da instituição, o que tem sido bastante produtivo e tem provocado algumas mudanças significativas na melhoria do processo ensino-aprendizagem, no que diz respeito à aplicação de metodologias mais voltadas à integração dos saberes técnico e propedêutico, no entanto, ainda são iniciativas de pequenos grupos que não estão articulados suficientemente entre si.

Diante disso e dos rumores de uma reforma no ensino médio prevista para o decorrer de 2017, o que se propõe em termos de sinalização de novos horizontes para a educação integrada baseada em pressupostos democráticos, é a ampliação deste estudo, que em etapas posteriores irá abranger a participação dos estudantes na construção de uma proposta de currículo integrado. Afinal, esses sujeitos são a razão de existência dos nossos cursos e instituição e, portanto, precisam estar inseridos neste processo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, reiterou-se a questão de que não pode haver enunciado que de uma maneira ou de outra reatualizem outros. O texto da integração curricular não trata de uma nova proposta educacional, pelo contrário, é um texto oriundo de outros textos, com forte influência dos pressupostos da pedagogia libertadora. Esta seção do estudo voltou-se para a análise da ocorrência de “novos” vocábulos para significar antigos conceitos. Isso remete ao apelo à integração curricular, concluindo-se nesta parte da análise que tanto a cidadania como a emancipação compõem o cerne dos objetivos do ensino médio integrado,

além de operarem discursivamente em uma relação intertextual através da ativação de um campo de memória discursiva.

Diante disso, buscou-se tecer através das análises discursivas elementos que subsidiassem o argumento central desta pesquisa quando esta argumenta que na concepção de diferença (LACLAU; MOUFFE, 1985, 1987. LACLAU, 2011), coexiste um processo discursivo de controle e regulação da práxis docente através das políticas educacionais e curriculares, materializadas na produção curricular. Sustenta-se que essas articulações discursivas assumem posições antagônicas a partir da polissemia dos termos no campo do ensino médio integrado.

Nesse sentido, acredita-se que o incentivo à negociação de sentidos seja um caminho viável para superar a condição de desintegração a qual o currículo integrado tem reproduzido ao longo dos anos. Para tanto, os professores precisam de tempo, formação continuada, trabalho entre o coletivo de seus pares e de condições para por em prática encontros, discussões e aperfeiçoamentos na temática em questão. Assim, pode-se pensar em um momento de articulação no qual se possa promover intercâmbio de diversos elementos de diferentes formações discursivas para que se alcance o Momento diferencial no campo da discursividade, que seja potente para atuar em prol da mudança discursiva que reflita na mudança social.

Antes de o trabalho docente estar atrelado a políticas que ora trabalham para integrar e ora trabalham para desintegrar o currículo, há que se pensar em oportunizar que os currículos da educação de nível médio na modalidade integrada apresentem propostas engajadas com a redução das desigualdades sociais, oferecendo meios de acesso e, principalmente, de permanência e sucesso escolares para os sujeitos inseridos neste contexto.

Como já referido, a integração curricular, conforme os pressupostos de Beane (2003), está ligada ao conceito mais amplo de educação democrática. Portanto, parte dos problemas reais que incitam a participação dos estudantes na exposição das suas próprias experiências. E é nesta concepção que se assenta o entendimento de currículo justo: aquele que se abre à amplitude e apelo às práticas democráticas, configurando-se como um aspecto crucial da concepção do currículo.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. **Educando a direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Para além da lógica de mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BALL, S. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 de julho de 2012.

_____. Vozes/redes políticas e um currículo neoliberal global. In: **Espaço do Currículo**, v. 3, n. 1, 2010a.

_____. Performatividade e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. In: **Educação e Realidade**, v. 35, n. 2, p. 37-55, ago/set. 2010b.

BEANE, J. Integração curricular: a essência de uma escola democrática. In: **Currículo sem Fronteiras**. v.3, n.2, pp. 91-110, Jul/Dez 2003.

BRITTES, L. R. Movimentos discursivos na produção de currículo da educação profissional para jovens e adultos no Instituto Federal de Educação Farroupilha. **Tese de Doutorado** – Universidade Federal de Pelotas e University of Wisconsin, Madison, Estados Unidos, 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica de mercado. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril, 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 10/01/2015.

FRIGOTTO, G.; RAMOS, M.; CIAVATTA, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 10/01/2015.

KUENZER, A. Z. As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. In: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso: London, 1985.

_____. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

POMBO, Olga. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Texto Editora, 1993.

RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares**. Campinas: Pontes editores, 2009.

SANTOMÉ, J. T. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 14, 15, 18, 19, 20, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Aprendizagem 33, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 46, 54, 60, 61, 64, 68, 70, 71, 79, 88, 89, 91, 97, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 116, 118, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 141, 142, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 184, 186, 192, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 230, 237, 245, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 259, 260, 261, 264, 265

Autismo 87, 89, 90, 97, 262

Auxílio 42, 88, 94, 147, 151, 153

C

Capacitação 47, 48, 55, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 121, 124

Concepção pedagógica 57

Construção 17, 22, 32, 37, 39, 43, 53, 54, 56, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 79, 85, 96, 103, 106, 114, 120, 131, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 147, 151, 153, 155, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 171, 174, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 192, 195, 197, 198, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 212, 214, 217, 218, 221, 222, 223, 225, 226, 230, 236, 237, 240, 246, 252, 255, 256, 258, 259, 265

Criança 53, 54, 88, 89, 92, 98, 99, 100, 102, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 198, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 239

Curiosidade 160, 162, 164, 174

Currículo integrado 183, 184, 192, 193

D

Decolonización 1, 6

Democracia 10, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 33, 34, 66, 74, 79, 143, 163, 194, 240, 243, 258

Democratização do ensino 20, 21, 28, 30, 33

Direito à educação 14, 19, 34, 152

Dislexia 99, 100, 101, 102, 103, 104

E

Ead 244, 247, 250, 251

Educação 1, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 43, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 110, 117, 118,

119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 214, 215, 222, 223, 225, 226, 227, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 261, 262, 263, 265, 266

Educação básica 58, 59, 70, 73, 78, 79, 87, 88, 89, 91, 92, 100, 110, 117, 120, 121, 129, 130, 145, 149, 152, 159, 183, 184, 187, 189, 194, 196, 199, 203, 227, 238, 239, 240, 246, 255, 266

Educação emocional 144, 146, 147, 148, 149, 150

Educador 3, 38, 47, 74, 94, 118, 121, 123, 124, 127, 148, 161, 163, 171, 211, 223, 230, 261, 263, 266

Educando 35, 43, 54, 110, 118, 121, 122, 123, 132, 135, 140, 141, 161, 163, 177, 189, 193, 260, 261, 262, 263

Ensino 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 79, 82, 83, 84, 85, 89, 91, 92, 96, 98, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 136, 138, 139, 142, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 166, 167, 171, 172, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 246, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 266

Ensino-aprendizagem 35, 36, 37, 42, 89, 108, 110, 116, 122, 129, 130, 131, 132, 147, 148, 158, 166, 167, 171, 184, 186, 192, 230, 251, 252, 253, 257

Escola pública 21, 22, 28, 30, 31, 34, 56, 58, 63, 74, 133, 178, 236, 265

Escolas militarizadas 235

Exame nacional do ensino médio - ENEM 105, 106

F

Formação docente 44, 98, 131, 200, 203, 253

G

Gestão democrática 25, 26, 30, 31, 33, 34, 65, 66, 67, 71, 235, 236, 237, 238, 240, 242, 258, 259, 263, 264, 265

Gestão escolar 30, 33, 34, 67, 69, 184, 235, 237, 241, 256

Grandezas físicas 151, 153, 154, 155, 158

Gubernamentalidad 1, 8, 11

H

História 45, 47, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 130, 131, 138, 139, 182, 199, 205, 206, 207, 208, 212, 219, 220, 223, 230, 232, 234, 244

I

Infância 100, 101, 119, 123, 127, 144, 146, 147, 148, 149, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 216, 217, 262

Intolerância religiosa 44, 45, 51

L

Lei 12.711/16 14, 17

Língua portuguesa 103, 105, 106, 108, 109, 110, 114, 115, 117, 199

Lúdico 123, 130, 144, 145, 147, 148, 150, 225, 226, 229, 230

M

Método de alfabetização 99, 101, 102

Metodologia ativa 35, 40, 42, 43

Música 54, 111, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 206, 207, 210, 211, 212

N

Nativos digitais 166, 167, 168, 171, 172

P

Pedagogia 1, 2, 44, 47, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 118, 129, 130, 132, 142, 149, 150, 164, 165, 174, 175, 188, 192, 198, 205, 210, 223, 235, 243

Perspectiva 7, 18, 32, 62, 88, 91, 94, 96, 97, 98, 116, 131, 143, 147, 148, 149, 154, 158, 163, 164, 186, 188, 200, 207, 227, 238, 241, 242, 255, 264

Poscolonialidad 1

Práticas 25, 27, 28, 36, 37, 38, 51, 52, 55, 72, 83, 84, 95, 96, 97, 106, 111, 118, 122, 125, 126, 131, 132, 133, 140, 142, 149, 152, 174, 176, 184, 185, 186, 189, 190, 193, 195, 198, 207, 208, 210, 223, 226, 229, 231, 237, 244, 246, 257, 259, 260

Preconceito na escola 44

Processo de escolarização 99, 100, 178, 205

Professor 23, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 48, 53, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 71, 73, 74, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 110, 111, 116, 118, 121, 122, 124, 125, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 150, 154, 157, 158, 162, 163, 167, 168, 169, 171, 188, 189, 203, 215, 216, 221, 230, 241, 266

Projeto político pedagógico 57, 58, 59, 64, 65, 69, 74, 107, 117, 201, 240, 255, 256, 257,

258, 259, 264, 265

Protagonismo 29, 35, 36, 68

Psicologia 142, 149, 150, 160, 161, 211, 217

R

Racismo 19, 45, 48, 52, 54, 55, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85

S

Sala de aula 23, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 47, 48, 52, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 102, 106, 110, 118, 121, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 136, 138, 150, 152, 154, 158, 166, 167, 168, 169, 170, 188, 202, 203, 214, 221, 223, 230, 234, 240, 241, 255

Sinalário 151, 153, 154, 155, 158

Sistema educacional 21, 54, 85, 91, 119, 122, 255

Sistematização 17, 20, 64, 246, 255

Sociologia 18, 44, 45, 149, 160, 161, 162, 164, 175, 199, 211

Subjetividade 1, 3, 10

T

Tecnologia 26, 27, 29, 36, 38, 43, 82, 153, 166, 167, 171, 172, 187, 189, 190, 195, 208, 212, 251, 252

Tecnologias educacionais 21, 34

Tempo livre 173, 174, 179, 180

Trabalho 22, 25, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 42, 43, 45, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 69, 70, 72, 77, 78, 84, 85, 88, 92, 96, 100, 106, 111, 114, 117, 118, 120, 122, 123, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 146, 149, 150, 154, 158, 161, 163, 175, 176, 177, 178, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 198, 203, 204, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 222, 223, 224, 226, 235, 236, 237, 239, 240, 242, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

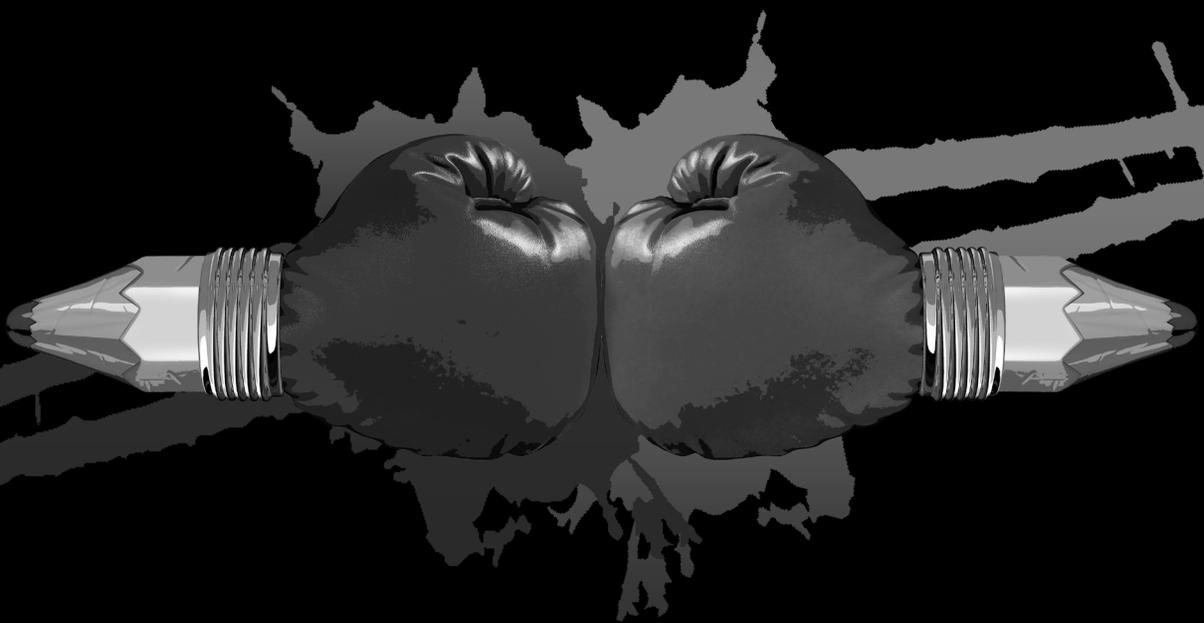
U

UAB 244, 246, 248

W

Wallon 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 141, 142, 143

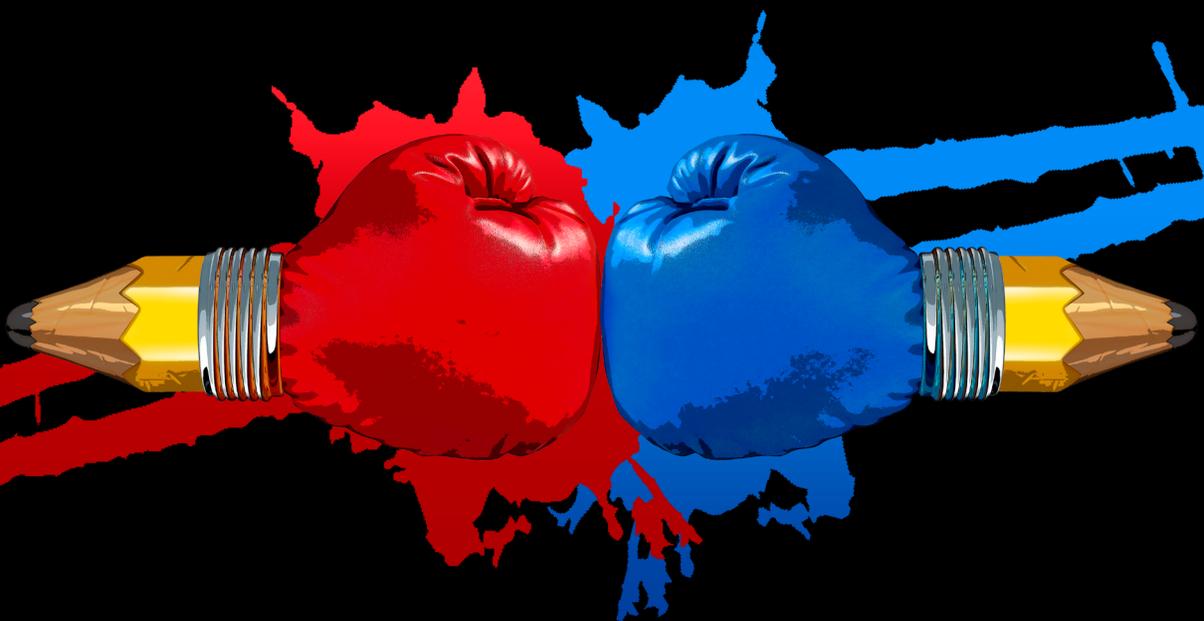
O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE



- 🌐 www.arenaeditora.com.br
- ✉ contato@arenaeditora.com.br
- 📷 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021